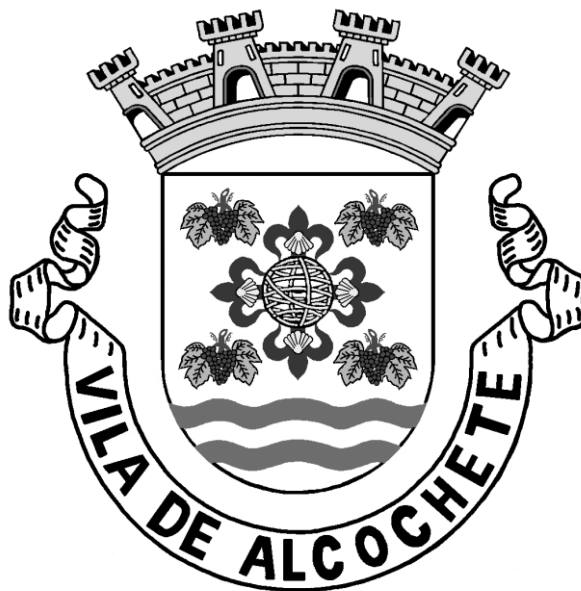




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 08

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 24 DE ABRIL DE 2024

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	14
C. ORDEM DO DIA	14
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	14
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	14
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	14
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	15
4.1. AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTAR AS ENTIDADES BANCÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €2.054.800,00	15
4.2. ATRIBUIÇÃO DE APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO PCMIC	18
4.3. REVOGAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO AO GRUPO DESPORTIVO DO PASSIL, DELIBERAÇÃO DE 12 DE OUTUBRO DE 2011	19
4.4. REVOGAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO AO GRUPO DESPORTIVO DO PASSIL, DELIBERAÇÃO DE 27 DE ABRIL DE 2011.....	19
4.5. REVOGAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ATRIBUÍDO AO LIONS CLUBE DE ALCOCHETE, DELIBERAÇÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021	20
4.6. INÍCIO DE INSCRIÇÕES PARA O ANO LETIVO 2024/2025 E COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA O ANO LETIVO 2024/2025 – AAAF E CAF.....	21
4.7. APROVAÇÃO DO PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE À MUNDO INSEPARÁVEL - ASSOCIAÇÃO, PARA EFEITOS DO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA	22
4.8. PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A COMISSÃO DE REFORMADOS DA FREGUESIA DE ALCOCHETE.....	23
4.9. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE ALCOCHETE, POR TEMPO INDETERMINADO PARA O GABINETE DE AUTORIDADE SANITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA – (GASSP)	24
4.10. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO INCERTO PARA A DEIS – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	25
5. APOIOS FINANCEIROS	27
6. INFORMAÇÕES	27
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	27
ENCERRAMENTO	27

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Maria Luísa Botelho Figueira de Albuquerque Salsa e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente deu conhecimento do pedido de prorrogação da suspensão do mandato, apresentado pela senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha, através de comunicação escrita, registada sob o n.º 3984, datada de 12 de abril de 2024, por motivos de formação profissional, nos termos e para efeitos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, com efeitos a partir do dia 01 de maio de 2024 e até ao dia 31 de maio de 2024.

Submetido à aprovação, a Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a prorrogação da suspensão do mandato da senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha, até ao dia 31 de maio de 2024.

Continuamente o senhor presidente apresentou o seguinte Voto de Pesar:

- Falecimento do trabalhador da Câmara Municipal de Alcochete, José Júlio Benjamim Pereira

«Foi com profundo pesar que, no passado dia 10 de abril, recebemos a notícia do falecimento do nosso trabalhador e colega, José Júlio Benjamim Pereira, vítima de doença súbita.

Trabalhador desta autarquia desde 1997, o José Júlio fez o seu percurso profissional na área da higiene urbana, onde exerceu funções como cantoneiro de limpeza e, desde 2009, como Assistente Operacional. Com a sua partida, a nossa equipa ficou mais pobre e sentiremos, seguramente, a sua falta.

Neste momento de dor, quer o executivo municipal, quer os restantes colegas da autarquia, manifestam a sua solidariedade para com os familiares e amigos, deixando igualmente um especial agradecimento e reconhecimento por toda a colaboração e dedicação no cumprimento das suas funções ao serviço do município e da causa pública.

A Câmara Municipal, reunida a 24 de abril de 2024, propõe:

- Guardar um minuto de silêncio em memória e homenagem a José Júlio Benjamim Pereira;
- Apresentar as mais sentidas condolências à família, através do envio desta nota de pesar.»

Submetido à discussão e votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

O senhor presidente apresentou a seguinte Saudação:

- “25 de Abril e 1.º de Maio”

«Amanhã, Portugal completa 50 anos de liberdade.

O “dia inteiro e limpo” veio trazer a esperança de um Portugal democrático, mais justo, solidário, fraterno e livre, após 48 anos de tenebrosa ditadura.

Saudamos por isso as Forças Armadas Portuguesas, em especial o Movimento dos Capitães, os Militares de Abril, mas também todas as mulheres e homens que ousaram lutar pela Liberdade, pela Democracia e pela Paz.

A 25 de Abril de 1974, deu-se a revolução sem sangue que permitiria dar voz à vontade do povo através de eleições livres e, desta forma, paulatinamente possibilitar a construção de um país onde o exercício das liberdades políticas passou a ser um valor protegido, possibilitando aos portugueses e portuguesas serem cidadãos de pleno direito no seu próprio país.

A democracia, a justiça social, igualdade de género, a escola democrática e pública, o sistema de segurança social para todos, o serviço nacional de saúde para todos, o poder autárquico e regional, as melhorias das condições de trabalho e legislação laboral, a liberdade sindical, a melhoria do parque habitacional, são conquistas de Abril que permitiram dar respostas aos graves problemas com que o país se debatia.

O caminho desbravado permitiu ainda a adesão à Comunidade Económica Europeia, garantindo e granjeando o progresso económico e social.

O tempo dos “pés descalços” e analfabetos ficou para trás, mas não o podemos esquecer. Importa saber de onde vimos, e para onde não queremos voltar. E para isso é necessário que todos os dias continuemos empenhados em defender os valores de Abril, pois a tarefa nunca estará completa.

A liberdade deve ser defendida, sobretudo daqueles que, fruto da benevolência da democracia, crescem, explorando os medos, alimentando-se da mentira, estimulando as intolerâncias e até mesmo desrespeitando as instituições democráticas que os acolhem.

Contudo, ao dar-mos a conhecer o nosso passado aos jovens, bem como todas as conquistas alcançadas, devemos entender que não é aí que se situa o seu termo de comparação. Importa reconhecer e respeitar as ambições das novas gerações de portugueses que conhecem e almejam as condições de vida existentes noutros países.

É preciso continuar a trabalhar por um país cada vez melhor, com melhores condições sociais e laborais e, desta forma, saudamos também o 1.º de Maio, dia que assinala todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores, mas que serve também para recordar o muito que ainda há por fazer na melhoria das condições de trabalho e das relações laborais.

Recordar e celebrar o 25 de Abril e o 1.º de Maio, os seus valores e promessas é igualmente reconhecer que o “caminho se faz caminhando” a cada passo, a cada época, a cada geração, dando resposta a novas exigências e novos desafios, que a Democracia, se constrói e reconstrói incessantemente, que é necessário aprofundar os mecanismos de participação e envolvimento das populações na “coisa pública”, com verdade, sem fraqueza ou contradição.

Uma população envolvida e esclarecida é menos permeável a populismos e por isso mais capaz de defender a democracia e a liberdade que tanto custaram a conquistar.

50 anos depois, sem medo, afirmamos firme e convictamente que “aqui, do lado da liberdade, ninguém desiste”.

Vivam os trabalhadores!

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!»

Pela senhora vereadora Maria Luísa Salsa foi apresentada a seguinte Saudação:

– “50 anos do 25 de Abril de 1974”

«Há cinquenta anos, após a madrugada libertadora do dia 25 de Abril de 1974, sonhou-se que aquela manhã bela e sublime seria o fim da História. Não haveria mais exploração, não viveríamos mais no obscurantismo provocado pelo regime fascista existente, nas trevas e na ignorância. Não seria mais o poder exercido de forma paternalista, escondendo aos Cidadãos aquilo que aos Cidadãos diz respeito.

Nessa madrugada, que se iniciou ao som da canção Grândola Vila Morena do José Afonso, sonhou-se com a igualdade, a liberdade e a justa distribuição da riqueza.

Comemorar Abril é comemorar o que a Revolução representa e expressa enquanto revolução libertadora com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorar Abril é relembrar o que foi o fascismo, combater o seu branqueamento e destacar a luta antifascista pela liberdade e a democracia.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o “Edifício do Poder Local” de nível regional, a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Comemorar Abril é reafirmar a importância das suas conquistas e sublinhar o que Abril constitui hoje no que respeita a valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Comemorar Abril é também:

A instauração de liberdades democráticas fundamentais e direitos básicos dos cidadãos;

a instauração da liberdade sindical e o direito de organização dos trabalhadores;

O fim da guerra colonial e da independência das colónias portuguesas;

a instituição de uma democracia política;

A liquidação do capitalismo monopolista de Estado, dos grupos monopolistas portugueses e o seu domínio sobre a economia, a política e a vida nacionais;

A realização de profundas transformações económicas, sociais e culturais nos campos, nomeadamente através da Reforma Agrária;

A consagração e promoção da igualdade de direitos do homem e da mulher e dos direitos dos jovens;

A melhoria das condições de vida do povo, institucionalizando o salário mínimo nacional, as reformas e as pensões mínimas, o direito à segurança social para largos sectores da população, o alargamento do direito a 30 dias de férias, do subsídio de férias, o 13.º mês e da licença de parto, a redução do horário de trabalho, a proteção no desemprego, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos;

Pôr fim ao isolamento internacional do País e à sua inteira submissão à política do imperialismo.

Abril é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Sabemos bem que o texto constitucional que hoje temos não corresponde ao que foi aprovado em 1976. Em 7 processos de revisão constitucional, negociados entre o PS e o PSD, com o apoio do CDS, alguns aspetos fundamentais da Constituição da República aprovada em 1976 foram sendo eliminados ou descaracterizados:

- Desferiram golpes na proporcionalidade do sistema eleitoral.
- Inviabilizaram na prática a criação de regiões administrativas previstas na Constituição com a imposição de um referendo obrigatório.
- Foi eliminado o objetivo de assegurar a transição para o socialismo.
- Foi eliminado o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, concedendo ao Governo poderes para reprivatizar as empresas nacionalizadas e abrir a porta ao seu domínio pelo capital estrangeiro.
- Foi eliminada a referência constitucional à reforma agrária.

- Foi eliminado o princípio da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, que passou a ser “tendencialmente gratuito”.
- E em 2004, PSD, PS e CDS, abdicaram do primado da Constituição da República Portuguesa sobre o Direito da União Europeia.

As trágicas consequências destas alterações estão bem à vista na sociedade portuguesa de hoje, com o domínio do capital monopolista dos sectores estratégicos e das alavancas fundamentais da nossa economia, que passaram a estar ao serviço do seu exclusivo interesse, particularmente, do capital monopolista estrangeiro, pondo em causa de forma dramática a nossa soberania e o nosso direito ao desenvolvimento.

Hoje faltam outros 25 de Abril!

Um 25 de Abril para todas as mulheres que ainda hoje lutam e aspiram à verdadeira igualdade no mercado de trabalho, no exercício de direitos parentais, no acesso a cargos de poder.

Um 25 de Abril para os refugiados que aguardam a libertação da guerra e a possibilidade de regressarem aos seus países ou criar raízes noutros locais.

Um 25 de Abril para todas e todos os trabalhadores precários e independentes, que lhes veem ser negados direitos e meios de subsistência digna.

Um 25 de Abril para o mundo rural, votado ao esquecimento e à pobreza nos últimos 40 anos.

O 25 de Abril ainda é uma promessa.

LUTAREMOS SEMPRE PARA QUE SE CUMPRA ABRIL!

O Executivo da Câmara Municipal de Alcochete e demais Vereadores, reunidos em 24 de Abril de 2024 deliberam, sob proposta dos Vereadores da bancada da CDU:

1. Prestar homenagem a todos quantos lutaram contra a ditadura e em prol da liberdade, da igualdade e da democracia.
2. Saudar todas as conquistas do 25 de Abril e do regime democrático.
3. Reconhecer o processo contínuo de aprofundamento da democracia política, social e económica, de luta pela igualdade, pela liberdade e pela justa repartição da riqueza.»

Submetido à discussão e votação, a Saudação foi aprovada por maioria, com 5 abstenções do PS e 2 votos a favor da CDU.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS:

«Ouvindo atentamente a Saudação que a CDU propõe, eu tenho de confessar que não concordo com parte do que lá está reproduzido, embora noutros aspetos sim, nomeadamente alguns direitos, liberdades e garantias que é exposto, noutros pontos não. Daí o sentido de voto ser a abstenção.»

A senhora vereadora Maria Luísa Salsa solicitou que se nomeasse alguns dos factos com os quais não concordam.

O senhor presidente aludiu que não se revê na referência aos atentados da Constituição da República, não concordando e julgando que não tenha sido da forma como o enunciado.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro expressou que subscreve exatamente as palavras do senhor presidente, porque apesar de tenra idade viveu o Pós-25 de Abril, o que foi experienciado a nível local e também os excessos que trouxeram. Há alguns conceitos com os quais não concorda, nomeadamente a forma como é abordada a alteração da Constituição de 1976.

O senhor vereador Jorge Giro lembrou que tudo o que foi conquistado até ao momento nada pode ser dado como garantido e que quis a História que nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril se tenha hoje 50 “preocupações” sentadas no Parlamento Português,

receando que seja por este facto que tudo o que tenha sido conquistado, onde as gerações atuais dão pouco significado ao que é a liberdade, porque já nasceram em liberdade.

Partilhou que após um inquérito de rua, muitos jovens não sabiam, infelizmente, explicar o que tinha sido 25 de Abril, o que considera preocupante, recordando que em 1974 poucas eram as mulheres que podiam votar.

Fazendo referência à Saudação apresentada pelo senhor presidente, concordou que o tempo dos “pés descalços” ficou para trás, reduziu bastante, mas que ainda existe, sendo esta uma prova que é necessário lutar todos os dias para que as condições de vida melhorem.

Sobre o 1.º de Maio, lembrou que em 1886 as trabalhadoras de uma fábrica num Estado Norte-Americano resolveram fazer greve para reduzir o seu horário de 17 horas diárias para 8, dando origem a várias mortes, prisões e torturas, mas que tudo começou por aí e passados todos estes anos ainda há muito por fazer.

O senhor presidente concluindo a análise sobre o que são os valores e os princípios que Abril inspira, afirmou que muito haveria por dizer e que no dia de amanhã, na Sessão Solene Comemorativa dos 50 anos do 25 de abril, existirá essa oportunidade, sublinhando que Abril é um projeto inacabado e que todos os dias requer uma atenção muito especial.

Seguidamente o senhor vereador Jorge Giro trouxe à discussão a “Ponte Cais” de Alcochete, afirmando que é do conhecimento que a câmara municipal não tem responsabilidades sobre este espaço, onde inclusive as autoridades presentes no concelho sentem que não têm qualquer jurisdição, porém, é da opinião que a reparação ou substituição do “pontão” já dura há bastantes meses, mas que além da zona de atracamento é necessário intervir nas luminárias e nas várias guardas da ponte que colocam em causa a segurança das pessoas, recordando que o município sempre realizou pequenas reparações na ponte, reportando-as posteriormente à Administração do Porto de Lisboa (APL).

Questionou qual o ponto em que se encontra esta obra, se existe alguma previsão para a data da sua conclusão e qual a pressão efetuada junto da APL.

O senhor presidente esclareceu que atualmente não existe nenhum aspeto na “Ponte Cais” que a autarquia consiga ter uma pequena intervenção, apontando que nas últimas eleições legislativas, foi realizado um trabalho muito profícuo pelo Setor de Turismo da Câmara Municipal de Alcochete, onde se executou um levantamento exaustivo sobre a “Ponte Cais” e o respetivo cais de embarque, tendo-se detetado que no ponto de vista da infraestrutura, ela está bastante danificada, porém, não colocando de momento as vidas humanas em risco. Lembrou que na altura foi solicitada uma audiência ao senhor Ministro das Infraestruturas, que tem em si a tutela da APL e onde lhe foi entregue em mãos um *dossier* formalizado pelo município, demonstrando o estado atual da ponte e do cais de embarque, o qual foi remetido de seguida para a APL, uma Entidade com quem se manteve sempre uma relação de grande cordialidade, quer com a anterior administração, quer com a atual, cuja resposta informava sobre uma carência financeira da APL para que pudesse existir uma intervenção, cuja informação se revelou contrária à transmitida pelo senhor Ministro das Infraestruturas que se disponibilizou para que em conjunto com a APL se pudesse realizar uma intervenção estimada em cerca de €900.000,00.

Informou que após as recentes eleições legislativas não foi realizado nenhum contato, no entanto já foi reforçada a comunicação com a APL no sentido de se rebocar o cais de embarque para as suas instalações a fim de ser reparado, recordando que na última Assembleia Municipal a bancada do PS apresentou uma Moção que foi reencaminhada para a APL, dando também a conhecer que na passada segunda-feira foi contactado pela APL no sentido de se revogar o Protocolo existente entre a APL e a Câmara Municipal de Alcochete para a exploração dos terrenos da Dragapor, no sentido de se realizar um novo Protocolo com mais tempo de duração, porque todas as tentativas que o município desenvolveu para a concessão do espaço que é propriedade da APL mostraram-se todas elas infrutíferas.

Asseverou que tem de haver uma intervenção por parte da tutela no sentido de reabilitar não só o cais de embarque, que é crucial e fundamental para a atividade piscatória e para a embarcação tradicional “Bote Leão”, mas também para a própria “Ponte Cais”. Tem existido por parte do executivo uma grande assertividade, quer por via de uma Moção aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal, mas também pelos ofícios e contactos realizados.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que é difícil aceitar que a APL informe que não tem dinheiro para o reboque do cais de embarque e também não percebe a razão do imenso

tempo para reparar ou substituir o pontão, esperando que não fique esquecido por parte da APL, algo que não seria a primeira vez.

O senhor presidente sublinhou que a “Ponte Cais” é um *ex-libris* de Alcochete, onde a câmara municipal tudo fará para que isso não se perca.

Pela senhora vereadora Maria Luísa Salsa foi apresentada a seguinte Saudação:

– Saudação 138 anos - 1.º de Maio 2024

«Muitos serão os países que ao longo destes 138 anos têm marcos e conquistas históricas a assinalar com origem nas lutas desencadeadas em maio, a começar pelo operariado norte-americano que no 1.º de Maio de 1886, apesar da chacina levada a cabo pelas autoridades, iniciou a marcha para a conquista das oito horas de trabalho diário e 48 horas semanais.

Em Portugal são marcos históricos na luta dos trabalhadores, o 1.º de Maio de 1919, que conduziu à fixação das 8 horas diárias e 48 horas semanais para o comércio e a indústria; o de 1962, dia em que se realizou a maior jornada de luta dos trabalhadores contra o fascismo e em que se intensificaram as greves dos trabalhadores agrícolas do Ribatejo e Alentejo até à obtenção das 8 horas diárias de trabalho nos campos; o de 1974 em que os trabalhadores e o povo saíram à rua apoiando a revolução do 25 de Abril; e o de 1982 em que trabalhadores do Porto sob a repressão da polícia de intervenção, que assassinou dois operários e feriu mais de 100, defenderam a liberdade de manifestação na Praça da Liberdade.

Em 2024, os trabalhadores tomam nas suas mãos a defesa dos seus direitos e desenvolvem inúmeros processos de luta que traduzem descontentamento, afirmam reivindicações, repõem e conquistam direitos. Aumentar salários; reduzir e harmonizar horários com a vida dos trabalhadores e das suas famílias; criar e garantir emprego com direitos e combater a precariedade; desbloquear e dinamizar a negociação e contratação coletiva; revogar as normas gravosas da legislação laboral; defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, são reivindicações proclamadas neste 1.º de Maio de 2024, na continuidade das razões por que 138 anos depois dos acontecimentos de Chicago, o 1.º de Maio continua a ser dia de luta nos quatro cantos do mundo.

A Bancada da CDU, saúda o 1.º de Maio e o seu significado na vida do Povo Português e afirma a necessidade da salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores.»

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é €4.066.525,03 (quatro milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco euros e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 10/04/2024 e 23/04/2024, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.106.734,62 (um milhão, cento e seis mil, setecentos e trinta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1354 ao n.º 1629.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2024

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Maria Luísa Salsa por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €2.054.800,00

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Nos últimos anos a Câmara Municipal de Alcochete tem vindo a executar um conjunto vasto de investimentos nos mais diversos domínios das suas competências e em simultâneo tem garantido a diminuição da dívida de curto, médio e longo prazo, a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e uma gestão económica e financeira equilibrada e criteriosa, no sentido de manter a sustentabilidade das contas públicas e da imagem de credibilidade junto dos seus fornecedores e parceiros financeiros.

Assim, tendo em consideração a atual conjuntura de instabilidade económica provocada pela elevada taxa de inflação e das elevadas taxas de juro Euribor, que se refletem ao nível económico e financeiro e por forma a não comprometer quer a sustentabilidade financeira do município, quer o plano de investimentos previsto para o presente ano económico e seguintes, é necessário consultar as instituições de crédito para contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €2.054.800,00, por um período de 20 anos, com dois anos de carência para financiamento das seguintes obras:

1. “Requalificação do Polidesportivo de São Francisco - €1.300.000,00”;
2. “Repavimentação do CM1123 - €200.000,00”;
3. “Repavimentação da rua do Alto da Pacheca – S. Francisco - €171.700,00”;
4. “Remodelação das Infraestruturas de Subsolo e Repavimentação da rua 1.º de Dezembro, do largo 25 de Abril e rua da Praia – Samouco - €290.900,00”;

5. “Remodelação das Infraestruturas de Subsolo e Repavimentação da rua Dr.º Barata Salgueiro - Samouco - €92 200,00”.

Assim proponho:

1. A autorização para consultar as entidades bancárias Caixa Geral de Depósitos, o Banco Português de Investimento, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre o Tejo e o Sado, o Millennium BCP, o Novo Banco e a Caixa Económica Montepio Geral, para apresentação de propostas para a contração do empréstimo mencionado em epígrafe;
2. Aprovação do ofício convite em anexo, no qual consta a regulamentação do procedimento;
3. Designação do Júri:
Presidente - Claudia Santos;
1.º Vogal - Susana Oliveira;
2.º Vogal - Eulália Silva;
Suplentes:
Sónia Vieira;
Dora Dias.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro afirmou que fazer obra é sempre um orgulho estando convicto que é esse o sentimento para todos que passaram pela câmara municipal desde 1976 onde as somas dessas obras fizeram de Alcochete aquilo que ela é hoje.

Considera que as condutas de água devem ser substituídas pois as mesmas têm um prazo médio de vida útil estimado entre 30 a 40 anos e certamente que muitas têm mais. A substituição serve também para evitar ruturas e perdas de água.

Sobre o empréstimo aludiu que se trata de opções políticas e de gestão, reforçando estar plenamente de acordo com todas as obras, todavia, o orçamento para 2024 é de €31.000.000,00, não concordando que se contraia um empréstimo de €2.000.000,00, sendo

dispensável o empréstimo bancário e assim não onerar a dívida a médio e a longo prazo com juros elevados, onde algumas das obras presentes na proposta poderiam ser acomodadas no orçamento.

O senhor presidente sublinhou que este é um ato de gestão, cujo executivo que se orgulha de presidir faz a gestão, convictos que o futuro será auspicioso, contudo, sempre prudentes não perdendo o foco naquilo que o futuro possa proporcionar o que também é motivo para não se perder mais tempo naquilo que é estruturante para a vida do Samouco e preconizar-se obras cruciais e fundamentais.

Referiu que existe de facto um orçamento de um valor significativamente elevado e que ascende a mais de €30.000.000,00, mas que está devidamente cabimentado, lembrando que o município tem em mãos 3 projetos muito aliciantes e que consomem muito do orçamento entre os quais as Operações Integradas das Comunidades Desfavorecidas, a implementação da Estratégia Local de Habitação por via da construção de habitação social e também tudo o que PRR encerra em si no que diz respeito às construções a preços acessíveis.

O senhor vereador Dário Moura congratula-se por na véspera dos 50 anos da liberdade estar a ser apresentada e discutida esta proposta, assumindo-se um compromisso de mais de €2.000.000,00 a longo prazo, mas que se traduz num investimento fulcral para o concelho e para as pessoas onde se efetuam os trabalhos.

Destacou as obras a serem realizadas no Samouco e que vão de encontro aos anseios da população, orgulhando-se de fazer parte deste executivo que após a passagem de tantos outros em que só existiram promessas, concretizará essas obras resolvendo os mais diversos constrangimentos diários que a população enfrenta.

O senhor presidente transmitiu que a experiência diz-lhe que as pessoas muitas das vezes têm pouca paciência para o tempo necessário para a realização das empreitadas, sabendo que durante as mesmas irão existir constrangimentos para os moradores e para os que utilizam as artérias em causa, quer seja pedonal ou rodoviária, contudo, é uma obra que tem que ser feita e que irá dotar estas ruas com melhores condições de estacionamento e de

circulação pedonal, resolvendo as questões dos esgotos e oferecendo um maior caudal de água.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Quanto a esta proposta reitero que não somos nada contra as obras que estão aqui e que devem ser feitas, simplesmente entendemos que este montante que vai agora ser submetido a consulta bancária deveria ser menor, porque a câmara tem capacidade dentro dos €31.000.000,00 para absorver alguns destes valores para si e não juntar ao total do empréstimo.»

4.2. Atribuição de apoio na comparticipação de medicamentos no âmbito do PCMIC

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados, tem como principal objetivo despromover as desigualdades sociais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde, promover a longevidade dos grupos etários mais vulneráveis, proporcionando a possibilidade de aquisição deste bem de primeira necessidade, a medicação.

Este apoio é atribuído aos idosos, através de candidatura, no período correspondente, com os critérios definidos pelas normas regulamentares.

Embora tenha terminado o período de candidaturas e existindo cabimento orçamental neste Programa, o Setor de Desenvolvimento Social e Saúde rececionou dois munícipes com a situação socioeconómica que se enquadra dentro do Regulamento, cujos processos n.º 68 e 69 podem ser consultados no setor.

Face ao exposto propomos a atribuição do respetivo apoio no âmbito do PCMIC, até ao final do corrente ano.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Maria Luísa Salsa referiu que estes bens são direitos das pessoas e que têm a ver com o Serviço Nacional de Saúde cuja responsabilidade desta facilidade caberia ao governo central e não à autarquia.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3. Revogação de Apoio Financeiro atribuído ao Grupo Desportivo do Passil, Deliberação de 12 de outubro de 2011

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«Em 2011 o Município de Alcochete aprovou a atribuição de um apoio financeiro ao Grupo Desportivo do Passil destinado ao apoio da sua atividade regular, a saber:

- €100,00 (cem euros) atribuídos no dia 12 de outubro de 2011

Até à data, a associação não levantou a verba referida, não tem desenvolvido qualquer atividade e não tem a sua situação regularizada, de acordo com o ponto 1, do artigo 5.º, do R.A.M.A.

Dado que deixaram de existir os pressupostos que fundamentaram a atribuição do apoio financeiro acima referido, propõe-se que seja revogada a sua atribuição.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Revogação de Apoio Financeiro atribuído ao Grupo Desportivo do Passil, Deliberação de 27 de abril de 2011

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

« Em 2011 o Município de Alcochete aprovou a atribuição de um apoio financeiro ao Grupo Desportivo do Passil destinado ao apoio da sua atividade regular, a saber:

- €400,00 (quatrocentos euros) atribuídos no dia 27 de abril de 2011

Até à data, a associação não levantou a verba referida, não tem desenvolvido qualquer atividade e não tem a sua situação regularizada, de acordo com o ponto 1, do artigo 5.º, do R.A.M.A.

Dado que deixaram de existir os pressupostos que fundamentaram a atribuição do apoio financeiro acima referido, propõe-se que seja revogada a sua atribuição.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Revogação de Apoio Financeiro atribuído ao Lions Clube de Alcochete, Deliberação de 17 de novembro de 2021

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«Em 2021 o Município de Alcochete aprovou a atribuição de um apoio financeiro à associação Lions Clube de Alcochete destinado ao apoio da sua atividade regular, a saber:

- €250,00 (duzentos e cinquenta euros) atribuídos no dia 17 de novembro de 2021

Até à data, a associação não levantou a verba referida, não tem desenvolvido qualquer atividade e não tem a sua situação regularizada, de acordo com o ponto 1 do artigo 5.º do R.A.M.A.

Dado que deixaram de existir os pressupostos que fundamentaram a atribuição do apoio financeiro acima referido, propõe-se que seja revogada a sua atribuição.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.6. Início de inscrições para o ano letivo 2024/2025 e comparticipação familiar para o ano letivo 2024/2025 – AAAF e CAF

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Município de Alcochete tem assumido a Educação como uma prioridade de intervenção municipal, nomeadamente ao nível da promoção de um ensino público de qualidade e desenvolvimento de políticas de apoio à família.

Como tal, este município considera que a despesa com a educação não deve ser mais uma sobrecarga para as famílias.

Considerando que as inscrições para o serviço de refeições escolares, AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família e CAF – Componente de Apoio à Família e candidaturas para atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2024/2025 iniciam no dia 2 de maio;

Que o Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, prevê a atualização das comparticipações familiares de acordo com o RMMG – Rendimento Mínimo Mensal Garantido em vigor, no entanto, o valor da comparticipação não pode exceder o custo com o serviço;

Propõe-se que o valor das comparticipações familiares referentes ao serviço AAAF da educação pré-escolar, para o ano letivo 2024/2025, não sofra alterações, ainda que tenha havido aumento do RMMG – Rendimento Mínimo Mensal Garantido, uma vez que o custo com o serviço não excede o valor da mensalidade máxima, considerando a receita que provem da comparticipação das famílias e da comparticipação da tutela.

Relativamente ao serviço CAF do 1.º ciclo do ensino básico, cuja receita apenas provem da comparticipação das famílias, os custos com o serviço excedem o valor da comparticipação familiar máxima. Assim propõe-se a atualização da comparticipação familiar máxima, passando de €60,00 mensais para €61,58 euros mensais, a partir do ano

letivo 2024/2025. Os restantes escalões de comparticipação familiar não irão sofrer alterações, respeitando o princípio da subsidiariedade.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.7. Aprovação do Parecer da Câmara Municipal de Alcochete à Mundo Inseparável - Associação, para efeitos do Pedido de Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A Mundo Inseparável – Associação pretende apresentar o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, de acordo com o estipulado no artigo 2.º, número 1, da Portaria n.º 138-A/2021, de 30 de junho, que procede à regulamentação da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.

De acordo com o artigo 4.º, número 1, do anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, o estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.

Nos termos da alínea g), do artigo 2.º da referida Portaria, esta Associação, deverá, para o efeito, reunir um conjunto de documentos, entre os quais, um parecer fundamentado da Câmara Municipal da sua sede (alínea ix).

Estando os responsáveis desta coletividade cientes da legislação referente ao estatuto de utilidade pública e tendo os mesmos assinado um compromisso de honra no que respeita à realização dos fins que o estatuto lhe confere, propõe-se, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, a aprovação do parecer da Câmara Municipal de Alcochete à Mundo Inseparável – Associação, para efeitos de solicitação do referido estatuto (anexo).

Em complemento à análise, são ainda anexados os seguintes documentos:

- Resumo da atividade da associação nos últimos anos;
- Compromisso de honra.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro considerou que esta deliberação é uma grande responsabilidade, afirmando que possivelmente possa faltar um grande projeto encabeçada por esta Associação, provavelmente a nível local e assim ter mais visibilidade. Concluiu, fazendo votos que esta Associação cresça de forma a fazer uso a este estatuto.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.8. Protocolo entre o Município de Alcochete e a Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete, fundada a 08 de julho de 1982 e sediada no concelho de Alcochete, centra-se na melhoria da qualidade de vida dos seus membros, valorizando a pessoa idosa, por intermédio da promoção do contacto social. Tem ainda como prioridades o combate ao isolamento dos mais idosos e a salvaguarda e efetivação dos seus direitos de cidadania.

Desempenha igualmente um papel dinamizador de ações com o objetivo de incentivar o intercâmbio de atividades entre os seus membros, que promovem o bem-estar e a qualidade de vida dos mesmos.

Nos últimos meses foram levadas a cabo obras de beneficiação e requalificação do R/C do edifício sito na rua do Mercado, n.º 9, propriedade do município, sede da Comissão e local onde se desenvolvem os maiores laços de convívio entre os seus associados.

Na sequência do exposto e considerando que as atividades desenvolvidas por esta entidade revestem o maior interesse para o Município de Alcochete, no âmbito do disposto no artigo 33.º, número 1, alíneas o) e u) do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro,

na sua redação atual, propõe-se que a CMA estabeleça com a Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete o Protocolo anexo que visa a cedência do espaço e sua utilização, de acordo com as cláusulas previstas.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro asseverou que está de acordo com a celebração deste Protocolo, contudo, considera que ser renovável por 1 ano parece pouco, porque havendo a possibilidade de concessionar o bar, que é uma fonte de receita possível para os reformados e que atualmente ter a exploração de um bar exige procedimentos legais e contabilísticos que há 15 ou 20 anos não eram necessários, seria mais apelativo para quem explorasse o espaço ter a certeza que ficava com a concessão durante 4 ou 5 anos.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares afirmou que a celebração do Protocolo com a duração de 1 ano e renovável por igual período não tem relevância, porque o edifício é propriedade da autarquia e a qual não tem interesse em ficar com o mesmo, caso contrário não teria sido feito a obra que ficou concluída recentemente e onde foram investidos mais de €90.000,00.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 1**.

4.9. Recurso a reserva de recrutamento interno de um assistente operacional na área do Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete, por tempo Indeterminado para o Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública – (GASSP)

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Foi identificada uma necessidade de recrutamento, de carácter urgente e permanente no (GASSP) – Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública, para ocupação de um posto de trabalho de assistente operacional, na área do Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete (CROAA), no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, tendo em

consideração que a 01/05/2024 irá ocorrer a saída de um dos trabalhadores para outro organismo e que desta forma a equipa se torna manifestamente insuficiente para assegurar as atividades, de natureza permanente, que se desenvolvem no âmbito das competências desta unidade orgânica.

De entre as necessidades levantadas, existe no município a correspondente lista unitária de ordenação final válida até 07/10/2025, decorrente do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 165, de 20 de agosto de 2023, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu o n.º OE202308/0633, poderá tal necessidade ser satisfeita com recurso à reserva constituída no próprio organismo, na medida em que, existe o respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do município, para o lugar em questão, estando as consequentes despesas previstas em orçamento.

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o recrutamento daquele posto de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 37/2024, anexa, e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado da carreira/categoria de Assistente Operacional na área do Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete (CROAA).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 2**.

4.10. Recurso a reserva de recrutamento interna de cinco assistentes operacionais, na área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto para a DEIS – Divisão de Educação e Intervenção Social

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Atendendo à recorrente ausência de assistentes operacionais, na área da educação, por um período superior a 30 dias consecutivos, verifica-se a necessidade urgente de agilizar o processo de substituição de trabalhadores que se têm encontrado inibidos das funções por tempo prolongado, sob pena de incumprimento dos *ratios* legais, necessários para assegurar o adequado funcionamento do serviço.

Em face do exposto, e dado o caráter temporário e incerto da situação, verifica-se a possibilidade de satisfazer as necessidades com recurso à reserva de recrutamento existente no município, válida até 18/08/2025, para a carreira de assistente operacional, na área de educação, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, que decorreu do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 238, de 12 de dezembro de 2023, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu, o código n.º OE202312/0296.

Neste sentido, importa acrescentar que, para os lugares em questão, existem postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal do município, estando prevista a consequente orçamentação da despesa.

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imperativo proceder ao recrutamento daqueles postos de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 38/2024, anexa, e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de trabalhadores, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo resolutivo incerto, de cinco postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na área da educação, com afetação à DEIS - Divisão de Educação Intervenção Social.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 3**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:35 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.